

DESESPERO EXPLORADO

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO

*Advogado, Professor Universitário e
membro do Conselho Estadual de Cultura*

Nessa transição heróica nunca é demais repetir a velha e revelha lição de que democracia não significa licença para baderna e para ameaça à ordem pública. Bolivar Lamounier, em entrevista publicada recentemente no Caderno B, do Jornal do Brasil, foi muito feliz ao lembrar que as manifestações da sociedade não podem descambar para a violência, que atinge o patrimônio público e privado. Uma coisa é a reivindicação de direitos, a mobilização de grupos sociais, feita pacífica e ordeiramente. Outra, muito diferente, é a arruaça desordenada, revelando a presença de grupos interessados em explorar o desespero de parcelas substanciais da nossa sociedade.

Todo mundo sabe que a economia brasileira vai de mal a pior. A falta de perspectiva é angustiante. E a inflação, caldo de cultura de todas as revoluções, chega a limites insuportáveis. A recessão expõe o desemprego, que exalta os ânimos e aguça a luta pela sobrevivência, e suas seqüelas.

Esse quadro desolador, que está na cabeça de todos os homens lúcidos do país, não pode ser enfrentado ao sabor das extremas ideológicas, tanto à direita quanto à esquerda. Aqueles líderes políticos, protagonistas dessa virada crítica na vida brasileira, que ainda não se convenceram da necessidade de usar o seu cacife para sopitar a ambição dos menestréis da violência urbana, estão contribuindo para dizimar as esperanças da longevidade democrática.

É hora e tempo de fazer a democracia funcionar por seus mecanismos formais e institucionalizados. Manipular as massas por interesses imediatos e mesquinhos é desconhecer a razão de ser do

arsenal que a democracia dispõe para superar momentos como este. O recurso direto às massas supõe um autoritarismo inaceitável que trabalha para destruir as reais possibilidades de uma participação social eficaz e madura.

O papel reservado aos governadores eleitos pelos partidos de oposição é seríssimo. Os compromissos da campanha têm de ser resgatados, sob pena da frustração dos eleitores esperançados. A pregação da liberdade com justiça social, a luta por eleições diretas para Presidente da República, a campanha por uma assembléia nacional constituinte, são temas que não podem ficar esquecidos. A realização de governos competentes, austeros, honrados é um dever moral indiscutível. Mas, tudo isso terá de ser alcançado sem confundir a autoridade do governante com passividade diante da paz pública em risco. Esses governadores não podem olvidar que a sociedade deve ser preservada dos seus inimigos contumazes: os baderneiros de ocasião. Qualquer omissão, a evidência, mínima que seja, de insegurança, vai servir para a facúndia dos já famosos bolsões radicais. E estes estão sempre prontos a dinamitar a sofrida e chorada construção da democracia.

É chegado o capítulo da unanimidade nacional em defesa da ordem democrática. Tancredo Neves, catedrático da sabedoria política, não deixa margem a qualquer dúvida ao defender o entendimento entre as lideranças políticas do país. E a sua palavra deve servir de exemplo para aqueles pecadilhos dos líderes mais afoitos, que confundem democracia com desagregação de autoridade. O que parece fora das trevas, nessa página da história de tantas trevas, é a necessidade de evitar que o desespero seja explorado.

Há muito tempo atrás, nos primórdios da abertura política, insisti em dois postulados básicos para o processo da então iniciante abertura. O primeiro, que o desenvolvimento político (= democratização) tem de ser considerado como um objetivo em si mesmo (isto é, não será



jamais mera consequência do desenvolvimento econômico); o segundo, que o desenvolvimento político pode ser ameaçado tanto pelo excesso de planejamento estatal, quanto pelo excesso de espontaneísmo social. Nessa mesma oportunidade, o já referido Bolívar Lamounier alertava que, nem o processo de democratização terá eficácia e será estável se não trouxer benefícios substantivos para a grande maioria da população que se encontra nos extratos de baixa renda, nem estará ele a salvo de deformações e retrocessos se resultar em perturbações excessivas que possam prejudicar o processo de crescimento econômico, pois, nesse caso, a própria opinião pública voltar-se-á em parte contra a prática democrática.

Ora, essas lições não podem ficar nas prateleiras dos agentes políticos. Ou melhor, podem se o interesse for apenas criar condições concretas para inviabilizar o exercício da democracia.

Se já estamos fazendo água quanto aos benefícios substantivos para a população, é imperativo, pelo menos, impedir que o barco afunde de vez no que concerne ao segundo ponto. É preciso trabalhar rapidamente para recuperar o primeiro, e combater sem tréguas para tranquilizar a população, evitando que suas reivindicações justas e legítimas sejam desviadas da reta intenção original rumo ao desconhecido dos saques e do vandalismo mais desenfreado.

Só com essa consciência da gravidade da situação social e da responsabilidade das lideranças de todos os segmentos da sociedade consolidaremos o ainda preliminar estágio da nossa democracia.